

MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS NA IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ALGUNS DESLOCAMENTOS NA EDUCAÇÃO POPULAR

Danilo R. Streck¹

Edla Eggert²

Introdução

Este trabalho representa uma tentativa de aproximação, explicitação e, na medida do possível, de aprofundamento de algumas mudanças no campo da educação popular, tanto na construção teórica como na ação dos movimentos populares. Fazemos este exercício em dois movimentos que se complementam mutuamente e cuja ordem poderia ser invertida.

O primeiro deles descreve algumas mudanças que se percebem na trajetória da educação popular. Estas mudanças não são novidade, mas interessa-nos contribuir para aos poucos ir reconfigurando o quadro ou painel da educação popular. Denominamos estas mudanças de “deslocamentos” para sinalizar que não se trata de simples substituições. O “de” e o “para” indicam um movimento em que não se anula, ao menos necessariamente, a situação anterior, mas se altera o pólo de um tensionamento que continua presente.

O segundo movimento toma como referência o OP (Orçamento Participativo) do Estado do Rio Grande do Sul. Pretende-se explicitar e compreender alguns destes deslocamentos numa prática político-pedagógica que, durante o ano de 1999, envolveu aproximadamente 200 mil habitantes do Estado.

Como pressuposto básico está a idéia de que hoje precisamos repensar a dinâmica de produção e circulação do conhecimento dentro de processos sociais mais amplos. É pertinente a crítica que Ladislau Dowbor faz do isolamento da educação da vida econômica e social:

Sem os instrumentos técnicos para ser competente na linha profissionalizante, e frágil demais para ser transformadora, a educação realmente existente termina por constituir um universo relativamente ilhado dos processos de transformação econômica e social. Muitos vêem “pureza” neste isolamento, quando se trata antes de tudo de impotência, e freqüentemente de um grande atraso.”(Dowbor, 1998, p. 258)

¹ Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, Doutor em Educação pela Rutgers University (USA)

² Professora de História da Educação Brasileira na graduação no curso de Pedagogia da UNISINOS, Assessora Pedagógica, pesquisadora da UNISINOS; Doutora em Teologia pelo IEPG/São Leopoldo; Mestre em Educação pela UFRGS.

Embora Dowbor esteja se referindo implicitamente à educação formal, o questionamento também repercute na EP, com uma diferença fundamental: pela própria natureza a EP está mais diretamente envolvida nos processos sociais e econômicos e, de dentro deste, tem a possibilidade de encontrar e explicitar outros caminhos pedagógicos.

1. A EP e a agenda pedagógica atual

Ao compararmos o panorama pedagógico atual com o de décadas anteriores podemos constatar que a EP não ocupa mais o mesmo espaço na agenda pedagógica. A coletânea de textos organizada por Moacir Gadotti e Carlos A. Torres, em 1994, com o título *Educação Popular: utopia latino-americana* parece retratar o sintoma da escassa produção específica sobre o tema nestes últimos anos. Se olharmos as datas dos textos ali publicados veremos que a maioria data da década de 80, um deles precisamente de 1980. Seria uma conclusão apressada e simplista afirmar a partir dessa constatação que a EP morreu ou que ela já cumpriu a sua função.³ Mas seria igualmente enganoso fazer de conta que nada tivesse acontecido.

Por um lado, é inegável que a EP deixou marcas profundas na prática e no discurso pedagógico: alguns de seus postulados se transformaram em “senso comum” (também com um sentido positivo) pedagógico: por exemplo, as alunas já entram no curso de Pedagogia falando em ensinar “a partir da realidade do aluno”, a “transformação da sociedade” coloca-se como meta de múltiplas propostas educacionais, a “participação” é um princípio metodológico dificilmente questionado, etc.; há governos eleitos que colocam a EP como proposta para todo o sistema, integrando a escola com outros espaços formativos dentro de uma perspectiva popular; alguns nomes que se notabilizaram na EP, como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, passaram a ter uma recepção “universal”. O fato de que um dos

³ Marco Raúl Mejía (1995, p. 154) reconhece os seguintes argumentos presentes entre os que advogam o fim da EP:

- foi uma forma de fazer política nos tempos da ditadura e que com o fim destas;
- foi uma forma de politização da educação de adultos o que já não seria mais necessário dada a mudança da ênfase para um contexto mais amplo de sociedade civil;
- foi uma forma de acompanhar pedagogicamente os processos de transformação social promovidos pela esquerda e que com o fim de muitos projetos da esquerda já não faria mais sentido;
- foi uma prática educativa de algumas disciplinas das ciências sociais que viam na EP uma forma de práxis política – hoje o compromisso seria com uma “educação comunitária.”

maiores educadores deste século tenha se originado dentro da EP já é um atestado da importância deste movimento pedagógico.

Por outro lado, é raro encontrar referências explícitas à EP no discurso pedagógico atual, inclusive entre educadores progressistas. Há assuntos que ocupam a agenda pedagógica e que, em nome da urgência por acompanhar onda de globalização, acabam se impondo como prioritários. É o caso das reformas educacionais que neste momento ocorrem em todos os cantos do mundo, geralmente patrocinadas pelo Banco Mundial para atender às demandas de um mercado crescentemente competitivo e excludente. Também as novas tecnologias de informação e a sua utilização na prática pedagógica tendem a se transformar em panacéia para os males da educação atual.

Creemos que é importante num momento de incertezas como este em que estamos vivendo poder situar-se dentro de uma tradição que deu uma contribuição original para a educação. Ao mesmo tempo, é importante fazer isso criticamente, fugindo de esquematismos e simplificações. Assumimos a advertência de Marco Raúl Mejía (s/d, p. 8) de que devemos abandonar três pretensões que têm acompanhado o desenvolvimento da EP na América Latina:

- a) “a pretensão de originalidade total” que, num tom messiânico, transformava a EP no único caminho da salvação, ocultando com isso a inexistência de uma fundamentação rigorosa que desse sustentação às suas práticas;
- b) a visão maniqueísta do mundo e do educativo, sendo evidentemente a EP a perspectiva verdadeira e as demais falsas, obstaculizando a construção de pontes com outras práticas e saberes;
- c) a visão da escola como lugar de reprodução social e, portanto, de conflitos que estavam fora do raio da ação mais imediata da EP.

1.1 Alguns deslocamentos

É inerente à EP que ela seja dinâmica. O fato de que a realidade da qual ela emerge e que ela ao mesmo tempo deseja transformar não é estática a impede, constitutivamente,

de ser estática e conservadora.⁴ Neste sentido, uma das tarefas mais importantes que temos neste momento é identificar transformações importantes que se registraram nestas 4 ou 5 décadas de EP para que se possa explicitar novos traços da identidade para esta prática educativa.

1.1.1 Do político ao econômico:

A EP, como passamos a conhecê-la nas últimas décadas, não só nasceu num contexto político altamente conflitivo, mas também tinha como pressuposto que a ação política transformadora ou revolucionária traria as mudanças desejadas. Estavam aí os movimentos de libertação ao redor do mundo como os postos avançados na luta por uma sociedade com novas estruturas políticas. Não poucas vezes havia nos movimentos sociais e populares o que Paulo Freire mais tarde denominou de “fatalismo libertador”, ou seja, a crença de que o destino da história já estava predeterminado e que era apenas uma questão de tempo para que as mudanças acontecessem. A transformação política “certa” produziria também os resultados esperados na área econômica e social.

A transformação está no fato de que hoje o econômico é percebido numa complexidade muito maior⁵ e reconhece-se que o próprio mercado e o poder inerente aos seus processos é perpassado por subjetividades e por desejos que as análises do tipo *Como funciona a sociedade*⁶ não conseguiam captar. Canclini, argumenta por uma nova aproximação ao consumo que supere a atitude moralizante característica de setores da esquerda que não permite entender porque uma família pobre prefere “investir” num aparelho de TV em vez de melhorar a qualidade da alimentação ou comprar um livro para seus filhos. Como ele explica:

Estas ações, *políticas*, pelas quais os consumidores ascendem à condição de cidadãos, implicam numa concepção do mercado não como simples lugar de troca de mercadorias, mas como parte de interações socioculturais mais complexas. Da mesma maneira, o consumo é visto

⁴ Um lembrete: deve ser admitido também um conservadorismo de esquerda, na medida em que grupos ou pessoas dogmatizam suas idéias e se propõem a prender a história em suas mãos. A diferença, diria, Paulo Freire, é que posições de direita implicam num conservadorismo natural, de nascença.

⁵ Enrique Dussel argumenta que a mais recente versão da Teologia da Libertação toma muito mais em conta a economia como ciência que toca a materialidade da vida. “Es el nivel propiamente sacramental (el pan, el vino, la sal, el agua, el aceite...). Es el nivel propiamente ético, cuyo criterio es hoy, y en cada instante, el Juicio Final: ‘Tuve hambre y me dieron de comer!’” (Dussel, 1997, p. 34)

⁶ Um caderno clássico de análise de conjuntura foi *Como funciona la sociedad?* (CELADEC, Cuadernos Populares 1, Lima, 1979).

não como a mera possessão individual de objetos isolados mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens. (Canclini, 1996, p. 66)

O econômico é perpassado de subjetividade, como assinala o teólogo Jung Mo Sung em sua análise “religiosa” do mercado. Segundo ele, o capitalismo é um sistema econômico baseado no desejo, não o desejo de lucro dos empresários, mas no desejo dos consumidores. O lucro seria uma consequência da maior eficiência em satisfazer estes desejos. (Mo Sung, 1998, p. 12)

O que procuramos sinalizar é que há um outro olhar sobre o econômico, que se revela muito mais complexo do que a divisão maniqueísta entre exploradores e explorados. Com isso não se está dizendo que o mercado não é o lugar onde se manifesta a dominação e a exclusão, mas se reconhece que há necessidade de olhares diferentes para compreender este complexo sistema de relações onde o individual e o coletivo, a subjetividade e a materialidade, os desejos e as necessidades coletivas e individuais se encontram.

A importância do econômico pode ser percebida também na grande incidência de projetos de EP vinculados diretamente ao mundo do trabalho ou, mais amplamente, à economia. Um exemplo disso são as inúmeras experiências de cooperativas, desde catadores de lixo a profissionais liberais. Em todas estas experiências o político não deixa de existir, mas sua construção e reconstrução se dá através de uma vinculação mais explícita com o econômico.

1.1.2. Da cultura às culturas

O contexto de surgimento da EP caracterizou-se pelo intenso movimento na área cultural. Basta mencionar algumas expressões associadas com os inícios da EP: Movimento de Cultura Popular, círculos de cultura, ação cultural, cultura do silêncio.

Mesmo assim, a porta de entrada para o cultural era a análise social, geralmente dicotômica. Por exemplo, a constatação de uma cultura do silêncio em Paulo Freire era feita a partir da constatação de que existia uma sociedade fechada. Uma cultura popular deveria ter correspondência numa cultura erudita, uma cultura de massa ou numa cultura de elite, etc.

Nas reflexões atuais tende-se a conjugar a cultura no plural. Ou seja, vivemos numa pluralidade de culturas, que se cruzam, justapõem ou contrapõem. Surgem então expressões como culturas urbanas, culturas juvenis, culturas indígenas, culturas negras, entre outras. Ademais, reconhece-se que não existem culturas puras e com isso também se rompe com um certo idealismo na percepção da cultura popular, que muitos educadores e entidades se propunham a defender pela sua originalidade sem se dar conta de que todas as culturas são híbridas.⁷

⁷ Cf. Néstor G. Canclini, *Culturas híbridas*.

Do ponto de vista pedagógico, não é fato de menor significação o reconhecimento de que cada cultura produz a sua pedagogia. Ou seja, tem uma maneira distinta de conceber o conhecimento, de definir o que é inteligência (entre os Quiché da Bolívia, alguém que usa seus conhecimentos e dons para enganar o outro não seria considerado inteligente)⁸, de identificar o papel de educadores e educandos, de definir o que é a história (entre os descendentes incas do altiplano boliviano e peruano o passado não está atrás, mas está na frente, indicando a direção a ser seguida).

Neste sentido, talvez fosse mais legítimo se aos poucos fôssemos falando de educações populares, a exemplo do que a Teologia da Libertação já faz. O relativo silêncio no uso do conceito “Educação Popular” parece estar ligado também com o fato de que o singular não dá conta de tudo, desde o trabalho com meninos e meninas de rua até a formação sindical. Em outras palavras, há realidades que não cabem mais em nossas definições e conceitos, que estão à busca de uma outra linguagem.

E esta aos poucos vai emergindo. Um dos conceitos que é de especial interesse na análise do Orçamento Participativo é o de negociação cultural, que tem como pressuposto uma cultura da tolerância e pode ser definido como um processo complexo em que, na prática educativa, estão sendo negociados sentidos, representações, saberes técnicos, institucionalidades e a própria lógica interna da aprendizagem.⁹ É um conceito que ajuda a superar a visão um tanto idealizada da “troca de saberes”, numa relação aparentemente desinteressada. O conceito de negociação cultural coloca com clareza que as relações pedagógicas são também relações de poder. Além disso, como é o caso no OP, não se trata da simples negociação de recursos, mas da negociação de valores e de visões de mundo.

1.1.3. Da história ao cotidiano

Tornou-se lugar comum o uso de termos como “ser sujeito da história”, “fazer a história”, etc. Hoje o discurso parece muito mais voltado para o cotidiano, para aqueles lugares onde as histórias são gestadas. Não se trata de uma negação da história ou da utopia, mas de uma outra porta de entrada, de uma outra perspectiva.

A ênfase na vida cotidiana empresta um novo sentido ao tão conhecido princípio de “partir da realidade” e que, como sabemos, muitas vezes se transformava numa forma de

⁸ Cf. Comisión Episcopal de Educación, *CH'IKI*.

⁹ Para o aprofundamento do conceito de negociação cultura veja Marco Raúl Mejía y Myriam Awad, *Pedagogías y metodologías en Educación Popular*. A negociação cultural na EP, por seu turno, tem como meta o empoderamento dos grupos populares. Na definição destes autores, “empoderamiento, que es sujeto y verbo, se refiere al desarrollo en cada persona, de potencialidades (individuales e sociales) y de niveles de autonomía que de manera conciente son colocados en función de la construcción de un proyecto social fundado en la vida y la solidaridad.” (Mejía, s/d, p. 18); e, para aprofundar o conceito de cultura da tolerância veja: Marcela Lagarde que apresenta a compreensão da cultura da tolerância como condição necessária para “conjuguar a pluralidade, a amplidão de espaços e de normas respeitadas, o compromisso, a crítica e a dissidência, assim como os acordos políticos de maiorias e minorias”. (Lagarde, s/d, p. 40).

confirmar o que já sabíamos sobre a realidade. É um reconhecimento de que o político tem a ver com a identidade pessoal e com a situação existencial do cidadão. Nas palavras e Marco Raúl Mejía:

Partindo de una práctica más desde la vida cotidiana, encontramos que el hecho de la participación no es más que un momento de un largo continuar de interacción del hombre con la sociedad y que es imposible avanzar hacia procesos nuevos si no existen unas bases iniciales de la relación de las personas con su medio social. Allí encontramos que los sectores populares necesitaban construir una autoestima y una primera identidad que les permitiera relacionarse, desde su individualidad, con las tareas del mundo. Lo político comenzaba allí. (Mejía, 1997, p. 148)

A vida cotidiana refere-se a este conjunto complexo de relações sociais, relações de poder e de saber em que, com mais ou menos consciência, criamos e vivemos a nossa existência. Além disso, a vida cotidiana nos permite construir um projeto que, fundado eticamente no popular não se fecha no popular, uma vez que tem a pretensão de ultrapassar os limites dos destinatários de uma ação específica.

Um lugar privilegiado para compreender este deslocamento ao cotidiano é a complexidade das relações de gênero focalizadas através de pesquisas com opções metodológicas qualitativas dos mais variados olhares das Ciências Sociais. Esse aspecto da complexidade nas relações de poder e saber contém na “democracia de gênero” um desestruturador de verdades e conduções patriarcais no cotidiano. Segundo Lagarde,

La democracia de género se basa en el reconocimiento de las especificidades de cada quien, en la igualdad entre los diferentes, en el establecimiento de diálogos y de pactos, en la equidad y la justicia para reparar los daños cometidos contra las mujeres y los oprimidos. La democracia de género implica un pacto social abarcador de lo público e de lo privado. Se trata de construir modos de vida y concepciones del mundo y de la vida, que no vuelvan a estar basadas en la opresión de género. (Lagarde, s/d, p. 37)

Suspeitamos que, aos poucos, estaremos compondo uma pedagogia de gênero alimentadora da Educação Popular nos movimento populares. Uma pedagogia que se constrói de narrativas e de espaços antes considerados detalhes insignificantes de um cotidiano estafante. A suspeita é embasada especialmente na metodologia de pesquisas que

visualizam cotidianos de pessoas comuns através de suas narrativas.¹⁰ Ou seja, o cotidiano resgatado traz à luz uma outra história e muitos outros conhecimentos.

2. Dos deslocamentos à realidade da implantação do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul: o exercício de mediação pedagógica entre as pessoas envolvidas no processo desencadeador.

O Orçamento Participativo (OP) não deixa de ser um grande exercício de EP ligado com o econômico, o político e o sócio-cultural (e religioso?) em nível regional. Sua importância está tanto no processo que desejamos analisar quanto no fato de estar vinculado a este elemento chave no planejamento e na gestão pública que é o orçamento. Como bem assinalou Fedozzi, “o orçamento público é (...) considerado o *núcleo duro* do processo de planejamento governamental (Singer, 1989) e insere-se no campo das chamadas *decisões políticas fundamentais* (Loewenstein apud Benevides, 1991) da gestão estatal. “ (Fedozzi, 1999, p. 107).

Partimos do pressuposto de que na elaboração compartilhada do orçamento ocorrem importantes aprendizagens a partir das quais se podem extrair “lições” para uma compreensão mais ampla das ações educativas nos processos sociais. Isso se evidencia já na primeira sondagem de campo, quando colocamos para os conselheiros¹¹ numa reunião em Porto Alegre a seguinte pergunta: “O que você aprendeu ao participar do OP?” As respostas foram assim agrupadas: 1. Conhecimentos: a) sobre o que é o orçamento e como se elabora; b) sobre a região e a localidade; c) sobre o processo de criação de consenso; 2. O reconhecimento da própria força; 3. A solidariedade, a importância da união (que tem outros que estão em situação igual ou pior).

Trata-se de um projeto de pesquisa integrado com a participação de três pesquisadores. Um deles tem o acento teórico na Educação e conta com a colaboração de dois bolsistas, um proveniente da história e outro da filosofia (graduação), além de um orientando do Mestrado em Educação. Esses pesquisadores reúnem-se com outros/as que se debruçam sobre o mesmo tema, porém numa visão e acento sociológico. Há ainda um terceira pesquisadora que possui um olhar do campo da educação de gênero, buscando uma leitura muitas vezes inusitada e invisível do que ocorre na construção dos discursos e das tomadas de decisão em processo

¹⁰ Estamos nos referindo em especial a trabalhos de fôlego como os de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade*; Antônio Nóvoa, *Vida de professores*; Paul Thompson, *A voz do passado*; José de Souza Martins, *Regimar e seus amigos*; esses e outros tantos trabalhos possuidores da ótica das margens, do inusitado discurso de quem dificilmente foi registrado e indicado como sendo também responsável na construção de conhecimento.

¹¹ A estrutura organizacional pode ser assim resumidamente explicitada: o governo do Estado promove Assembléias Públicas Municipais onde podem participar todos cidadão do município e lá são eleitos os delegados que representam o seu município; depois as demandas apontadas nos municípios são encaminhadas para as Plenárias Regionais do OP onde participam os delegados eleitos nos municípios e nessas plenárias regionais são eleitos os Conselheiros que integram o Conselho do OP; as Assembléias Temáticas Públicas Regionalizadas são assembléias abertas a todos cidadãos/ãs dos municípios das respectivas regiões e as Plenárias Temáticas Estaduais são compostas pelos delegados eleitos nessas Plenárias; depois dessas Plenárias Regionais e Plenárias Temáticas Estaduais é dada a posse do Conselho do OP/RS que tem o papel de discutir e acompanhar a elaboração da peça orçamentária do Estado apresentada até o dia 15 de

no OP.¹² Esperamos, com este projeto, possibilitar através das narrativas, a visibilização de processos pedagógicos que engendram os encaminhamentos durante a concretização do OP no Estado do Rio Grande do Sul.

O processo de acompanhamento nas reuniões de implantação do OP aconteceu de forma planejada e devidamente anunciada aos organizadores do OP. A equipe observou um total de 8 reuniões de implantação do OP perfazendo uma extensão regional que possibilita uma boa percepção da movimentação acontecida durante o período de implantação – março a junho.

As reuniões e assembléias foram transcritas, sendo que para esta apresentação inicial utilizaremos, exemplarmente, material de uma delas. Usamos como critério de escolha a participação de populares mulheres e homens na platéia e também na mesa, composta sempre por representantes do governo e representantes da localidade.

2.1 - Observando mediações pedagógicas – A assembléia de Brochier

Para situar a leitora e o leitor: A Assembléia do Orçamento participativo de Brochier teve início às 14h de Sábado, dia 15 de maio de 1999. O público foi chegando aos poucos. No primeiro momento um clima de expectativa por parte de quem ali já estava, com relação ao tamanho do público que se faria presente na tarde onde haveria decisões importantes sobre o futuro daquela localidade, que tinha como primeira prioridade – conforme o depoimento da maioria dos entrevistados – o asfalto que liga Brochier a Montenegro. Ao iniciar as atividades foram se acomodando homens, mulheres, pessoas mais idosas, crianças e políticos locais. Os organizadores deram início à assembléia, passando a palavra, inicialmente, para autoridades do município.

Após os discursos iniciais seguiu-se o ritual da assembléia conforme a condução dos organizadores, que primeiro trazem os últimos dados em relação à situação do estado para depois dar espaço para serem ouvidas todas as reivindicações. Depois desse momento, Cláudio Humberto da Costa e Marcelo Alexandre Azevedo (bolsista do curso de História e bolsista do curso de Filosofia, observadores desse encontro) buscaram alguns depoimentos em relação ao processo de implantação do OP:

Comentário de uma participante (mãe): - Eu acho muito válido que as pessoas ficam a par de muitas coisas que antes não ficariam sabendo, então através desse

setembro/99, e seguiu acompanhando o processo até o final do ano. (Cf. folheto de informação do processo do OP/RS.

¹² Consideramos importante a explicitação do lugar de onde o grupo constrói a pesquisa. E, para isso, temos gravado e transcrito nossas reuniões de estudo a fim de visualizar o que estamos gestando.

orçamento participativo, pelo menos eles ficam sabendo de como é feito. A maioria das pessoas não sabe como é feito.

Comentário de mais uma participante (filha): - Para onde é destinada as verbas também, as pessoas sabem que vem o dinheiro para o município mas não sabem a maneira que ela vem e onde é aplicada.

Cláudio : Vocês são eleitores desse governo?

Resposta das participantes (mãe e filha) Sim somos as duas, estamos com muita fé e muita esperança,

Cláudio: Como vocês estão vendo a participação dessas pessoas, o público é o esperado?

Respostas da Mãe: Acredito que foi muito mal trabalhado, deveria ter muito mais gente, o nosso povo não foi conscientizado do valor dessa participação. O povo não tem consciência do valor que seria participar de uma reunião como essa.

A gente sabe que tem muitas coisas, mas a gente sabe que não existe nem verba para tudo, e nem se pode resolver tudo, então outro tiveram a sua chance, e fizeram muito pouco, aliás, pioraram muito a situação, uma vez que entrou o plano real, eu que sou uma trabalhadora rural, eu só vi a gente indo para trás, a gente está virando uma sucata, como se diz. Então eu vejo que não adianta ter só um financiamento fácil, na situação para a gente melhorar, porque esse financiamento precisa ser repostado, ele precisa ser pago de novo, então sem um preço justo, para aquilo que a gente produz, não adianta um financiamento.

Entrevista com a Secretária da saúde do Município de Brochier

Cláudio – O que vocês esperam do orçamento participativo?

Secretária: - Essa parte do orçamento como foi colocado logo no início as pessoas mais simples tem uma certa dificuldade, mas dos presentes aqui a maioria já tem um conhecimento, porque no município nós já fizemos, não é um orçamento participativo, mas são reuniões comunitárias, onde são definidas as prioridades de cada região, nós já fazemos isso desde o início da administração, é estabelecido as metas e nós estamos voltando às comunidades e é feito uma forma de orçamento participativo, estamos voltando às comunidades, e com as obras que foram solicitadas há dois anos e um ano atrás, já em fase de conclusão, então as pessoas até se tu fores ver a maioria que são das

localidades do interior, porque elas também estão com essa expectativa de que assim como a administração municipal está cumprindo o que eles estipularam que o governo do estado também vá cumprir. Acho que pelo que se pode notar também o maior anseio da população é pelo asfalto, a parte da saúde entra, eu até estou aqui nessa parte, trabalhando pela saúde mas as gente sente que o asfalto é prioritário, e eles estão aqui justamente em função disso querendo que, como a administração cumpre o que é priorizado nas regiões, então que o governo do estado também cumpra o que for estabelecido nesta reunião de hoje. Eles vem de uma maneira mais interessante porque eles já fazem esse exercício dentro do município, só agora de uma forma mais abrangente, um pouco mais difícil de entender para eles que é esta questão de nível estadual, mas eles tem bem uma noção do que seria e na expectativa de que seja cumprido, com isso eles estão aprendendo e aprimorando, na próxima reunião comunitária municipal que se realizará na Segunda-feira iremos discutir a assembléia de hoje.

Cláudio: - Qual a sua esperança em relação ao futuro?

Secretária: - Se a gente for ver tecnicamente essa coisa de orçamento e dos valores que estão comprometidos eu não tenho uma grande expectativa, não tenho porque a gente sabe que é aquela coisa dos 10% da saúde os vinte e cinco da educação e o resto fica na folha de pagamento, então eu não acredito, mas acho que a gente tem que apostar eu, particularmente estou apostando, mas tecnicamente qualquer pessoa da fazenda pode me mostrar que é inviável.

Cláudio : - A participação do povo está dentro do esperado ou poderia ser maior? Podia ser melhor, acho que é em função da divulgação, poderia ser melhor, mas está adequado.

Entrevista com outro participante da reunião e residente no município de Brochier.

Cláudio: - O que o senhor acha do Orçamento participativo?

Participante: - Isso é muito bom. Às vezes o governo sente, mas não está a par do que todos os municípios necessitam, então ele tem boa vontade para ajudar e precisa passar município para município para ver o que mais se necessita para os municípios, para nós aqui foi em primeiro lugar o asfalto, no segundo lugar vem também, automaticamente vem, depois do asfalto vem firmas , várias firmas vieram a Brochier e

voltaram por causa da má estrada, a estrada estando ruim, então tem uma maior dificuldade para o prefeito e toda a comunidade aqui de Brochier trazer mais mão de obra, nosso município é pequeno e enquanto não vier mais firmas o nosso município não poderá crescer. No desfile de 7 de setembro a comunidade olha mais de mil crianças entre oito a treze anos e a comunidade fica pensando onde vai achar mão de obra para todas essas crianças que amanhã ou depois vão ser adultos e vão pedir emprego, emprego dobrando a língua, serviço, porque o pessoal do interior quer serviço. Muito obrigado.

Entrevista com uma – Agricultora, (67 anos, dona de casa, costureira)

Cláudio: - O que leva vocês a saírem de casa hoje, em um tarde ensolarada como essa ?

Mulher de 67 anos: - Eu gosto do partido e do Olívio, eu tenho gente da família no partido, que gostam muito da organização, como o Olívio trabalha. Então isso que mais me chamou atenção, quando eu soube que o partido foi fundado, e o Jorge que é o filho dela fundou aqui, é o que mais se esforçou, então eu gostei daquilo e então eu comecei a pensar, vou trabalhar para ele no que eu posso fazer, apesar da minha idade, sessenta e sete anos.

Outras mulheres

Cláudio - E a senhora? Eu vim nessa reunião para dar uma força para o meu filho que é o vereador Jorge e também porque eu gosto do trabalho do seu Olívio, sempre gostei desse partido, e por isso eu vim nessa reunião.

Cláudio: - Qual a sua esperança em relação ao orçamento?

Mulher de 76 anos: - Eu acho que deve funcionar.

Mulher de 52 anos:- O povo critica bastante mas eu acho que vai funcionar;

Mulher de 76 anos - Eu acho que o que mais se aprende aqui é ajudar o próximo, não só pensar em si mesmo.

Mulher de 52 anos:- Eu acho que isso ajuda a comunidade na união das pessoas.

Na Assembléia do Orçamento participativo do Município de Brochier ficaram decididas através do voto popular as seguintes prioridades:

1ª prioridade 142 pontos, asfalto

2ª prioridade saúde 92 pontos, principalmente o Hospital São João

3ª prioridade agricultura 42 pontos, principalmente uma patrulha agrícola.

4ª prioridade a implantação de uma escola de 2ª Grau

a) “A gente está virando sucata”

A sistematização ainda está em fase muito inicial, mas já conseguimos apreender algumas facetas dos deslocamentos anteriormente descritos. Dada a própria natureza do objeto de participação, seria de se esperar a importância do econômico, mas sempre vinculado às culturas e aos cotidianos

Em Brochier, o asfalto representa emprego, dada a facilidade da instalação de novas indústrias, mas representa também o acesso a melhores condições de saúde (acesso a hospitais de municípios vizinhos) e à educação (acesso às escolas).

A expressão que abre esse item – “a gente está virando sucata” expressa a vulnerabilidade de pessoas que sentem na pele a iminência de serem consideradas supérfluas e descartáveis. O “sucateamento”, por outro lado, remete também ao perigo de ficar para trás num mercado que gera a obsolescência com incrível rapidez.

Como num filme a comunidade olha estupefata o desfile das mais de 1000 crianças que em breve estarão ingressando num mercado de trabalho que não oferece lugar para elas.

b) “Nós já fazemos isso.”

Podemos observar que a participação não é um fenômeno com uma única forma de expressão. Existe uma autonomia de participação do lugar. Poderíamos perguntar sobre as participações dessa comunidade em outros momentos como, por exemplo, nas sociedades recreativas que são bastante ativas, nas sociedades de canto coral e nas comunidades das igrejas. Nos depoimentos, em especial a partir das mulheres, podemos perceber linguagens diferentes quando elas afirmam que é importante “ajudar o próximo”; ter “união das pessoas”; “não pensar em si mesmo”; “estamos com muita fé e muita esperança” – falas reveladoras de um cotidiano comunitário que aparecem como possíveis indicadores de uma vivência religiosa e que se misturam ao próprio processo de participação política. Os depoimentos das pessoas que participaram dessa etapa do OP possibilitam observar o quanto os caminhos são complexos e ao mesmo tempo individualizados na forma como cada pessoa resolve participar.

A observação da secretária da saúde do município de Brochier “nós já fazemos isso desde o início da administração”, sendo que a administração que ela representa não é a mesma do atual governo do Estado, possibilita-nos observar - e observar com cuidado - as experiências culturais que já estão acontecendo nas comunidades. Quando ela menciona que eles vêm realizando reuniões e resolvendo questões de ordem pública solicitadas há

dois anos pelas comunidades (reuniões comunitárias) qual a implicação do OP nessa cultura existente? Esta cultura de participação está sendo respeitada? Que procedimentos e que valores estão sendo negociados neste novo exercício de participação?

Como conclusão

A sistematização dos dados, até este momento, não nos permite constatações mais abrangentes. Sentimos, no entanto, que estamos envolvidos num processo social e político com enormes implicações pedagógicas. As controvérsias em torno do Orçamento Participativo, com ampla repercussão na imprensa, são um sintoma de que estão em jogo concepções de representação e de participação que, ao mesmo tempo, assustam e entusiasman.

Os deslocamentos sugerem novos lugares e novos tempos para a educação. A EP precisa perguntar-se, por exemplo, como lidar com as culturas e os cotidianos de participação que conformam a sociedade local e regional; as novas tecnologias de comunicação, que começam a ser referidas nas assembléias e reuniões do OP, podem ajudar a criar redes de informação que permitem um amplo e imediato conhecimento da realidade, junto com possibilidades de controle e de fiscalização do poder público; o perigo do “sucateamento humano” exige renovada vigilância ética por parte dos processos pedagógicos aliada a conhecimentos das tramas econômicas e políticas em que a vida se desenvolve. As análises começam a mostrar como a sociedade, especialmente em suas margens, vai encontrando formas de reinventar relações, num gesto que pode ser de fé ou de teimosia, mesmo contra as evidências da lógica dos recursos disponíveis. Nas palavras da secretária de Brochier: “...mas acho que a gente tem que apostar, eu particularmente estou apostando, mas tecnicamente qualquer pessoa da fazenda pode me mostrar que é inviável.”

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade* : lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo : T. A. Queiroz; USP, 1987.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: Estrategias para entrar y salir de la modernidad. México, D.F.: Grijalbo, 1990.

_____. *Consumidores e cidadãos*: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 1996.

- COMISIÓN Episcopal de Educación. *CH'IKI: Concepción y desarrollo de la inteligencia en niños quechuas preescolares de la comunidad de Titikachi*. La Paz : Editorial Garza Azul, 1994.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- DUSSEL, Enrique et al. (Editado por José Duque Zúñiga). *Perfiles teológicos para un nuevo milenio*. San Jose, C.R.: DEI, 1997.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. 2. Ed. Porto Alegre : Tomo Editorial; Rio de Janeiro : Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE/IPPUR), 1999.
- GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos Alberto. (org.) *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo : Cortez : EDUSP. 1994.
- GONZÁZEL, Rodrigo Stumpf. Participação popular, cultura política e ação coletiva: uma análise do orçamento participativo em Porto Alegre. In: BAQUERO, Marcelo et al. (org) *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas : Ed. Unniversidade-UFGGRGS / Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.
- LAGARDE, Marcela. *Democracia genérica*. México : Red Latinoamericana de Educación Popular entre Mujeres – REPEM, s/d.
- MARTINS, José de Souza. Regimar e i suoi amici. I bambini nella lotta per la terra e per la vita”, in. José de Souza MARTINS (org.), *L’Infanzia Negata*. Chiete Scalo (Itália) : Vecchio Faggio Editore, 1991.
- MEJÍA, Marco Raúl. *Educación y escuela*. 5. Ed. Santafé de Bogota : CINEP, 1995.
- MEJÍA, Marco Raúl y AWAD, Myriam. *Pedagogías e metodologías en Educación Popular: la negociación cultural : una búsqueda*. Santafé de Bogotá : CINEP, s/d.
- NÓVOA, Antonio (Org.). *Vida de professores*. Porto : Porto, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro : Contraponto, 1999.
- SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado : história oral*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

